



TEKA – TECELAGEM KUEHNRICH S.A. - “em Recuperação Judicial”

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2020 e 2019
com Parecer dos Auditores Independentes

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A.- “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório da Administração.....	3
Balancos Patrimoniais.....	5
Demonstrações do Resultado.....	8
Demonstrações do Resultado Abrangente.. ..	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto).....	10
Demonstrações do Valor Adicionado.....	11
Demonstrações do Fluxo de Caixa.....	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	13
Parecer dos Auditores Independentes.....	48
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	56

COMENTÁRIOS

Senhores Acionistas

Apresentamos para apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia (individual e consolidada) relativas ao ano de 2020, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente. Assim, entendemos que de forma abrangente, demonstramos o desempenho econômico e financeiro da Companhia.

Estas informações encontram-se à disposição em nossa Sede, em nosso site www.teka.com.br, bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários, CVM.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Apresentar os resultados de 2020 requer avaliar o desempenho da Companhia em meio aos impactos causados pela pandemia COVID 19. Uma crise global sem precedentes onde as incertezas levaram a suspensão temporária das atividades de comércio, serviços e como consequência, a paralisação de parte do setor industrial. Nos meses de março a julho tivemos redução drástica em nossa receita, e diante de tantos desafios, tivemos que nos adaptar a um novo cenário.

Iniciamos o ano de 2020 dando continuidade ao plano de recuperação da Companhia, com a constante busca pela melhoria, redução de custos e recuperação de clientes. Quando em março os primeiros reflexos da pandemia afetaram o resultado do 1º trimestre que vinha até então apresentando resultados positivos. De imediato a Companhia tomou medidas protetivas e preventivas visando preservar a integridade de seus colaboradores minimizando tanto quanto possível os impactos em suas operações. Diante da nova realidade foram exigidas mudanças rápidas e assertivas quanto às formas de trabalho, com ajustes nos planejamentos operacionais e financeiros, de forma a assegurar a continuidade dos negócios.

Apesar da retomada gradual iniciada no 3º trimestre e com os resultados alcançados no 4º trimestre, onde a receita bruta ficou 8,0% superior ao mesmo período de 2019, ao analisar a receita bruta anual o montante de R\$ 171,8 MM ficou 10,9% inferior a 2019 de R\$ 192,8 MM.

Nesse contexto a receita operacional líquida de R\$ 132,1 MM apresentou montante 11,2% menor em comparação a 2019, no valor de R\$ 148,7 MM.

Com as diversas ações tomadas para mitigar os efeitos da pandemia e mesmo com o preocupante cenário relacionado ao abastecimento e preços de insumos e matéria prima registrou-se redução de 2,4% no custo dos produtos vendidos, resposta as ações tomadas durante o período, entre elas a redução de custos fixos. Assim sendo, a Companhia atingiu lucro bruto em 2020 de R\$ 22,9 MM com acréscimo de 3,3% em relação a 2019, onde ficou em R\$ 22,2 MM.

A Companhia também registra redução nas despesas comerciais, administrativas e outras operacionais.

Em relação ao resultado financeiro de R\$ 118,9 MM em 2020, verifica-se acréscimo de 16,0% em relação ao mesmo período de 2019, no valor de R\$ 102,5 MM. Cabe destacar que valores significativos se referem a atualização financeira de passivos acumulados do passado, porém

ao analisar as despesas financeiras correntes temos uma redução de 9,7%. Mesmo ainda havendo situações pontuais de inadimplência em virtude da pandemia do COVID 19.

O resultado alcançado no exercício de 2020 ficou negativo em R\$ 115,8 MM, contra um resultado negativo de R\$ 129,0 MM no ano de 2019.

A extensão dos impactos da crise trazida pelo vírus ainda é inestimável, e nesse contexto que perdurou o ano todo, com altos e baixos, e que ainda impacta o ano de 2021, espera-se pela continuidade do processo de recuperação da atividade econômica. Ainda que haja incertezas quanto a situação atual, estima-se bons resultados com o crescimento de nossa carteira de pedidos.

PREMIO FORNECEDOR DESTAQUE DA HOTELARIA 2020

Após dois anos consecutivos sendo eleito fornecedor destaque hotelaria pela revista hotéis, em fevereiro de 2021, a TEKA foi eleita a marca mais lembrada do segmento hoteleiro, consolidando o trabalho de dedicação e qualidade oferecido ao mercado.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O relacionamento da Companhia com o público interno e externo tem como premissa sua missão e estratégia de negócios, pautado pela convicção de que os resultados devem ser obtidos nas perspectivas econômica, pessoal, ética, social e ambiental. No final do ano de 2020, a TEKA mantinha 1.250 colaboradores, (1.265 em 2019) para os quais proporciona um ambiente de trabalho que conduz ao crescimento profissional e pessoal. Foram realizados em 2020 treinamentos direcionados à capacitação e aperfeiçoamento de nossos colaboradores, principalmente, no que se refere à melhoria de nossos processos e qualidade dos produtos. Com o programa de estágio e de aprendizes, estamos investindo nos jovens talentos. Cerca de 78 estudantes participaram deste programa. Quanto à sustentabilidade ambiental, a Companhia sempre mantém um controle rígido de não poluição, sendo seu tratamento de efluentes extremamente efetivo.

AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento a Instrução CVM nº 381/03, a TEKA Tecelagem Kuehnrich S A e suas controladas informam que não houve a realização de outros serviços, além da auditoria externa, realizados pela NEXT Auditores Independentes S/S no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Após um ano desafiador, os resultados alcançados no ano de 2020 refletem a constante busca pela melhoria e soerguimento da empresa. Onde reforçamos o compromisso com a sociedade, clientes, consumidores, fornecedores e colaboradores. Nosso agradecimento aos colaboradores, pela dedicação e o comprometimento com seu trabalho e aos nossos fornecedores e financeiras pela cooperação e parceria.

Blumenau (SC), março de 2021.

A Administração

TEKA – TECELAGEM KUEHRICH S.A. - “em Recuperação Judicial”

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO TOTAL	988.070	958.218	1.002.531	979.499
ATIVO CIRCULANTE	67.452	60.994	68.365	62.254
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	125	387	184	575
Contas A Receber (Nota 6)	40.311	39.269	39.846	39.130
Clientes	40.311	39.269	39.846	39.130
Estoques (Nota 7)	23.955	19.031	24.496	19.453
Tributos A Recuperar (Nota 8)	951	214	1.152	465
Tributos Correntes A Recuperar	951	214	1.152	465
Despesas Antecipadas	2	3	2	3
Outros Ativos Circulantes	2.108	2.090	2.685	2.628
Outros	2.108	2.090	2.685	2.628
ATIVO NÃO CIRCULANTE	920.618	897.224	934.166	917.245
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	751.798	719.527	752.585	720.315
Outros Ativos Não Circulantes	751.798	719.527	752.585	720.315
Tributos A Recuperar (Nota 8)	714.253	682.625	714.253	682.625
Depósitos Judiciais (Nota 17)	33.877	32.894	34.664	33.682
Outros Créditos	3.668	4.008	3.668	4.008
INVESTIMENTOS	48.607	45.031	5.116	5.115
Participações Societárias	43.491	39.916	-	-
Participações Em Controladas (Nota 9)	43.491	39.916	-	-
Propriedade Para Investimentos	5.116	5.115	5.116	5.115
IMOBILIZADO (Nota 10)	119.991	132.345	176.243	191.494
Imobilizado Em Operação	119.585	132.255	175.837	191.404
Imobilizado Arrendado	87	90	87	90
Imobilizado Em Andamento	319	-	319	-
INTANGÍVEL (Nota 11)	222	321	222	321

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

TEKA – TECELAGEM KUEHRICH S.A. - “em Recuperação Judicial”

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO TOTAL	988.070	958.218	1.002.531	979.499
PASSIVO CIRCULANTE	2.280.622	2.143.580	2.343.511	2.206.251
Obrigações Sociais e Trabalhistas (Nota 13)	824.562	802.854	859.546	837.243
Obrigações Sociais	803.593	781.390	838.059	815.262
Obrigações Trabalhistas	20.969	21.464	21.487	21.981
Fornecedores (Nota 12)	384.349	358.296	385.915	359.792
Fornecedores Nacionais	379.527	353.745	381.093	355.241
Fornecedores Estrangeiros	4.822	4.551	4.822	4.551
Obrigações Fiscais (Nota 14)	343.916	317.659	370.623	343.534
Obrigações Fiscais Federais	184.552	170.482	211.249	196.357
Imp.Renda E Contribuição Social A Pagar (Nota 16)	-	-	11.917	11.287
Pis E Cofins A Recolher	139.193	131.808	153.811	146.234
Imposto Retido Na Fonte A Recolher	23.624	22.035	23.786	22.197
Contribuição Previdenciária	21.735	16.639	21.735	16.639
Obrigações Fiscais Estaduais	134.222	127.350	134.232	127.350
Obrigações Fiscais Municipais	25.142	19.827	25.142	19.827
Empréstimos E Financiamentos (Nota 15)	512.037	467.334	512.037	467.334
Empréstimos E Financiamentos	511.857	467.184	511.857	467.184
Em Moeda Nacional	510.046	465.318	510.046	465.318
Em Moeda Estrangeira	1.811	1.866	1.811	1.866
Debentures	180	150	180	150
Outras Obrigações	181.319	165.831	180.419	166.275
Passivos Com Partes Relacionadas (Nota 18)	23.940	21.870	29.954	27.718
Debitos Com Outras Partes Relacionadas	23.940	21.870	29.954	27.718
Outros	157.379	143.961	150.465	138.557
Dividendos E JCP A Pagar	2.388	2.254	2.388	2.254
Comissões S/Vendas A Pagar	10.956	9.558	3.447	3.699
Outras Contas A Pagar	144.035	132.149	144.630	132.604
Provisões	34.439	31.606	34.971	32.073
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis (Nota 17)	34.439	31.606	34.971	32.073
Provisões Fiscais	10.739	10.652	10.750	10.662
Provisões Previdenciárias Trab.	23.700	20.954	24.221	21.411

PASSIVO NÃO CIRCULANTE	385.680	378.665	337.175	337.215
Empréstimos E Financiamentos (Nota 15)	2.036	1.942	2.036	1.942
Debentures	2.036	1.942	2.036	1.942
Outras Obrigações	51.109	48.917	810	1.451
Passivos Com Partes Relacionadas (Nota 18)	50.299	47.593	-	-
Debitos Com Controladas	50.299	47.593	-	-
Outros	810	1.324	810	1.451
Obrigações Sociais (Nota 13)	-	-	-	127
Fornecedores Nacionais (Nota 12)	-	299	-	299
Obrigações Fiscais Estaduais (Nota 14)	810	1.025	810	1.025
Tributos Diferidos (Nota 16)	32.879	35.854	52.525	58.152
Imp.Renda E Contribuição Social Diferidos	32.879	35.854	52.525	58.152
Provisões	299.656	291.952	281.804	275.670
Provisoes Fiscais, Previdenciárias Trab. E Civeis (Nota 17)	281.804	275.670	281.804	275.670
Provisões Fiscais	243.271	240.150	243.271	240.150
Provisões Previdenciárias E Trab.	18.267	15.273	18.267	15.273
Provisões Civeis	20.266	20.247	20.266	20.247
Outras Provisões	17.852	16.282	-	-
Provisão S/PL A Descoberto Em Controladas	17.852	16.282	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	(1.678.232)	(1.564.027)	(1.678.155)	(1.563.967)
Capital Social Realizado	21.945	21.945	21.945	21.945
Reservas De Reavaliação	65.539	71.634	65.539	71.634
Reservas De Lucros	4.389	4.389	4.389	4.389
Reserva Legal	4.389	4.389	4.389	4.389
Prejuizos Acumulados	(1.805.423)	(1.698.298)	(1.805.423)	(1.698.298)
Ajustes De Avaliação Patrimonial	30.327	32.890	30.327	32.890
Ajustes Acumulados De Conversão	4.991	3.413	4.991	3.413
Participação Acionistas Não-Controladores	-	-	77	60

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

TEKA – TECELAGEM KUEHNRICH S.A. - “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita De Vendas E/Ou Serviços (Nota 21)	131.978	148.399	132.099	148.725
Custo De Bens E/Ou Serviços Vendidos	(107.742)	(124.381)	(109.203)	(126.566)
Resultado Bruto	24.236	24.018	22.896	22.159
Despesas/Receitas Operacionais	(25.618)	(54.211)	(24.938)	(50.608)
Com Vendas	(17.702)	(21.783)	(18.268)	(22.426)
Gerais E Administrativas	(9.437)	(11.991)	(9.458)	(12.030)
Outras Receitas Operacionais (Nota 24)	23.362	23.541	26.330	23.542
Outras Despesas Operacionais (Nota 24)	(23.714)	(39.398)	(23.542)	(39.694)
Resultado De Equivalência Patrimonial	1.873	(4.580)	-	-
Resultado Antes Do Resultado Financeiro E Dos Tributos	(1.382)	(30.193)	(2.042)	(28.449)
Resultado Financeiro (Nota 23)	(117.376)	(100.117)	(118.969)	(102.532)
Receitas Financeiras	11.475	26.715	11.448	26.737
Despesas Financeiras	(128.851)	(126.832)	(130.417)	(129.269)
Resultado Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	(118.758)	(130.310)	(121.011)	(130.981)
Imposto De Renda E Contribuição Social Sobre O Lucro	2.975	1.280	5.228	1.951
Corrente	-	-	(398)	-
Diferido (Nota 16)	2.975	1.280	5.626	1.951
Resultado Líquido Das Operações Continuadas	(115.783)	(129.030)	(115.783)	(129.030)
Lucro/Prejuízo Do Período	(115.783)	(129.030)	(115.783)	(129.030)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-	(115.783)	(129.030)
Resultado Por Ação	(230,11)	(256,44)	(230,11)	(256,44)

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

TEKA – TECELAGEM KUEHNRICH S.A. - “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro/Prejuízo Líquido do Período	(115.783)	(129.030)	(115.783)	(129.030)
Outros Resultados Abrangentes	1.578	221	1.595	223
Ajustes de Conversão de Controladas no Exterior	1.578	221	1.578	221
Outros Resultados Abrangentes	-	-	17	2
Resultado Abrangente do Período	(114.205)	(128.809)	(114.188)	(128.807)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-	(114.188)	(128.807)
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-	-

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A.- “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$)

	Capital Social Integralizado	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumul.	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Partic. Dos Não Control.	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.945	4.389	(1.572.747)	111.195	(1.435.218)	58	(1.435.160)
Saldos Iniciais Ajustados	21.945	4.389	(1.572.747)	111.195	(1.435.218)	58	(1.435.160)
Resultado Abrangente Total	-	-	(127.602)	(1.207)	(128.809)	2	(128.807)
Lucro Líquido do Período	-	-	(129.030)	-	(129.030)	-	(129.030)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	1.428	(1.207)	221	2	223
Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	221	221	-	221
Realiz. do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	2.162	(2.162)	-	-	-
Tributos Diferidos s/Realiz. do Custo Atribuído	-	-	(734)	734	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	2	2
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	2.051	(2.051)	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	3.108	(3.108)	-	-	-
Tributos s/Realiz.da Reserva de Reavaliação	-	-	(1.057)	1.057	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.945	4.389	(1.698.298)	107.937	(1.564.027)	60	(1.563.967)
Saldos Iniciais Ajustados	21.945	4.389	(1.698.298)	107.937	(1.564.027)	60	(1.563.967)
Resultado Abrangente Total	-	-	(113.219)	(986)	(114.205)	17	(114.188)
Lucro Líquido do Período	-	-	(115.783)	-	(115.783)	-	(115.783)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	2.564	(986)	1.578	17	1.595
Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	1.578	1.578	-	1.578
Realiz. do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	3.884	(3.884)	-	-	-
Tributos Diferidos s/Realiz. do Custo Atribuído	-	-	(1.320)	1.320	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	17	17
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	6.094	(6.094)	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	9.234	(9.234)	-	-	-
Tributos s/Realiz.da Reserva de Reavaliação	-	-	(3.140)	3.140	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21.945	4.389	(1.805.423)	100.857	(1.678.232)	77	(1.678.155)

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A.- “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
RECEITAS	190.177	211.355	191.245	211.884
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	167.582	187.727	167.831	188.247
Outras Receitas	23.368	23.511	24.190	23.520
Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(773)	117	(776)	117
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(129.278)	(159.252)	(126.522)	(159.860)
Custos Prods., Mercs. E Servs. Vendidos	(84.015)	(91.975)	(81.715)	(92.115)
Materiais-Energia-Servs. Terceiros-Outros	(30.824)	(38.683)	(30.866)	(38.967)
Outros	(14.439)	(28.594)	(13.941)	(28.778)
VALOR ADICIONADO BRUTO	60.899	52.103	64.723	52.024
RETENÇÕES	(4.385)	(3.091)	(6.407)	(5.154)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.735)	(3.091)	(4.355)	(5.154)
Outras	(1.650)	-	(2.052)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	56.514	49.012	58.316	46.870
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	13.348	22.135	11.448	26.737
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.873	(4.580)	-	-
Receitas Financeiras	11.475	26.715	11.448	26.737
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	69.862	71.147	69.764	73.607
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	69.862	71.147	69.764	73.607
Pessoal	44.852	53.834	45.193	54.206
Remuneração Direta	39.592	47.446	39.905	47.787
Benefícios	2.235	2.719	2.238	2.725
FGTS	3.025	3.669	3.050	3.694
Impostos, Taxas e Contribuições	11.781	18.406	9.750	18.030
Federais	7.142	13.487	5.058	13.274
Estaduais	3.419	3.735	3.463	3.868
Municipais	1.220	1.184	1.229	888
Remuneração de Capitais de Terceiros	129.012	127.937	130.604	130.401
Juros	128.008	126.949	129.571	129.386
Aluguéis	1.004	988	1.033	1.015
Remuneração de Capitais Próprios	█ (115.783)	█ (129.030)	█ (115.783)	█ (129.030)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(115.783)	(129.030)	(115.783)	(129.030)

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A.- “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES				
Lucro (Prejuízo) no Exercício	(115.783)	(129.030)	(115.783)	(129.030)
Depreciação e Amortização	2.735	3.091	4.355	5.154
Equivalência Patrimonial	(1.873)	4.580	-	-
Provisões	5.236	14.948	(4.625)	14.039
Variações Monetárias	104.087	100.684	105.476	102.924
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(85)	(7)	-	221
Outras Contas	1.646	902	2.054	1.025
	(4.037)	(4.832)	(8.523)	(5.667)
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS				
Variações Contas a Receber Clientes	(1.769)	(3.106)	(1.446)	(2.714)
Variações Estoques	(5.110)	510	(5.229)	673
Variações Depósitos Judiciais	(983)	(958)	(983)	(958)
Outras Variações Ativas	(15.471)	(20.940)	(15.445)	(20.526)
Variações em Fornecedores	3.916	238	3.907	245
Variações em Tributos a Recolher	14.752	17.460	15.157	17.438
Outras Variações Passivas	13.229	14.207	12.856	13.716
	8.564	7.411	8.817	7.874
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.527	2.579	294	2.207
Imobilizado	5.924	2.083	12.696	2.234
Intangível	(13)	-	(13)	-
Investimentos	(40)	(3)	-	(3)
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	5.871	2.080	12.683	2.231
Empréstimos Tomados	136.269	200.795	138.975	200.446
Pagamentos de Empréstimos	(146.929)	(205.152)	(152.343)	(204.455)
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES FINANCIAMENTO	(10.660)	(4.357)	(13.368)	(4.009)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	(262)	302	(391)	429
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	387	85	575	146
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	125	387	184	575

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

1. Informações gerais

A TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A. (“Companhia” ou “TEKA”) é uma companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.636.986/0001-55 e no NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas sob o nº 42300005649. Está sediada na Rua Paulo Kuehnrich, 68, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC).

A TEKA tem como atividade principal a indústria têxtil. Possui sua produção verticalizada, sendo conhecida mundialmente como produtora de artigos de cama, mesa e banho. Além de Blumenau (SC), possui unidade fabril em Artur Nogueira (SP).

1.1. Recuperação judicial

A TEKA protocolou pedido de recuperação judicial em 26 de outubro de 2012, sendo este distribuído para 2ª Vara cível de Blumenau e autuado sob o nº 0023674-23.2012.8.24.0008. Participam também do pleito de recuperação as empresas Teka Têxtil S/A, Cerro Azul Participações e Administração Ltda., Teka Investimentos Ltda. e FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda. Através da Assembleia Geral de Credores realizada 02 de outubro de 2013 o plano foi aprovado, sendo homologado pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau em 30 de outubro de 2013.

A decisão de ingressar com o pedido de recuperação judicial objetiva, em síntese, (i) proceder ao reescalonamento do passivo, permitindo a sua futura quitação; (ii) permitir o ingresso de fluxo de caixa para manter e fomentar as atividades; (iii) alienar determinados bens tidos por não essenciais às atividades econômicas e; (iv) obter novos recursos junto ao mercado para acelerar a recuperação.

Dentre as condições de adimplemento previstas, em síntese, citam-se as condições de tratamento dos créditos quirografários, com privilégio especial, geral ou subordinados, as quais preveem a emissão de debêntures em até 60 (sessenta) dias contados da aprovação do plano, resgatáveis no 12º ano, com correção anual, a partir da emissão, pela TJLP e remuneração, também anual, a taxa de 1,5%.

Após efetivada a homologação do plano, foram interpostos Agravos de Instrumento, com oposição à decisão que homologou aquele.

Em agosto de 2018 foi interposto Recurso Especial contra a decisão que deu provimento ao Agravo de Instrumento, sendo que foi negado seguimento a referido Recurso Especial, interpondo-se, assim, Agravo, o qual não foi conhecido, sendo interposto Agravo Interno. Tal recurso (Agravo Interno) não foi provido, ocorrendo a interposição de Embargos Declaratórios, os quais restaram rejeitados, pelo que foi manejado Recurso Extraordinário, restando este inadmitido, ocorrendo, assim, a interposição de embargos, os quais restaram rejeitados, ocorrendo o manejo de agravo, ainda não apreciado.

Ainda quanto ao tema, consoante decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008, restou determinado, cautelarmente, o afastamento do Diretor Presidente da Companhia, Sr. Frederico Kuehnrich Neto, sendo indicada, também pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, pelo prazo inicial de 06 (seis) meses, a Gestora Judicial Fabiane Paula Esvicero para exercer o encargo. Tais determinações judiciais, como nela igualmente foi ordenado, foram noticiadas ao Conselho de Administração, sendo que a Gestora Judicial manifestou ao Juízo sua aceitação.

Outrossim, contra a decisão do afastamento, foi interposto Agravo de Instrumento pelo Sr. Frederico, o qual, junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi autuado sob o número 4025521-06.2018.8.24.0000, sendo que, em 25 de janeiro de 2019, restou parcialmente deferido o pedido de efeito suspensivo, determinando-se a convocação de assembleia-geral de credores para designação do substituto do agravante (Sr. Frederico).

Tal decisão, ao apreciar a questão do afastamento do Sr. Frederico, concluiu pelo acerto da deliberação proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, concluindo, pois, pela manutenção do afastamento do Sr. Frederico.

Necessário ainda esclarecer que a decisão proferida no “Recurso” não afastou da Companhia ou alterou a condição da Srta. Fabiane Paula Esvicero para atuar diretamente e em conjunto com a presidência da TEKA, cujo encargo, até a deliberação da assembleia supracitada, será exercido pela Administradora Judicial.

Importa ainda esclarecer que a decisão proferida no “Recurso” também não alterou a condição da Srta. Fabiane como Diretora de Relações com Investidores, cujo exercício foi autorizado por despacho proferido em 12 de novembro de 2018, pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008.

Referido recurso (AI n. 4025521-06.2018.8.24.0000), em 25 de setembro de 2020, teve parcial provimento apenas para confirmar a liminar de fls.7.166/7.177, validando-se a determinação de convocação da assembleia-geral de credores para eleição do substituto da parte agravante (Sr. Frederico).

Importa ainda mencionar geral que, consoante decisão proferida pelo r. Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008, seria realizada, no dia 20 de maio de 2019, ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES, no Ginásio Sebastião Cruz (Galegão), situado na Rua Alberto Stein, s/n., próximo ao Parque Vila Germânica, Bairro Velha, Blumenau/SC.

Todavia, a realização de tal AGC, através da decisão proferida pelo TJSC no 4014278-31.2019.8.24.0000, em que figura como Agravante a PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, restou cancelada. A este recurso foi negado seguimento em virtude da perda superveniente de seu objeto.

Em cumprimento a decisão proferida no agravo supracitado, foi designada nova data para realização da AGC, sendo esta realizada em 10 de junho de 2019, ocorrendo a eleição da Srta. Fabiane Paula Esvicero para o cargo de Diretora Presidente.

No que se refere a AGC, em 07/08/2019, nos autos da RJ, foi, entre outros temas abordados, proferida a seguinte decisão:

“I - Às fls. 13.915/13.930 a Administradora Judicial apresentou ata da Assembleia Geral de Credores e documentos e requereu sua homologação.

Com vista dos autos, o Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do pedido (fl. 14.088).

DEFIRO o pedido e **HOMOLOGO** a decisão proferida pela Assembleia Geral de Credores na qual elegeu a Senhora **Fabiane Paula Esvicero** para o cargo de Diretora Presidente das Recuperandas (fls. 13.931/13.942).”

Como consta das manifestações anteriores, em razão da ausência de trânsito em julgado da decisão que homologou o plano, os efeitos da recuperação não vinham sendo aplicados nos registros contábeis.

Todavia, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, abaixo parcialmente reproduzido (grifado), a CVM assim se manifestou:

“a) A Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial.

*b) Conforme dispõe o artigo 58 da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação Judicial) “Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano (...) tenha sido aprovado pela assembleia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei”. Sendo assim, uma vez que, de acordo com a companhia houve “aprovação do Plano pela Assembleia de Credores realizada em 02 de Outubro daquele mesmo ano (2013)”, aplica-se o disposto no artigo 61 da referida lei, segundo o qual “Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial”. **Dessa forma, uma vez vigente o Plano de Recuperação Judicial, sua aplicação é imediata.***

c) Por conseguinte, a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em concordância com seu Plano de Recuperação Judicial e com as normas contábeis vigentes e aplicáveis para Companhias Abertas, conforme disposições constantes na Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

d) Não há conflito entre a Lei 6.404/1976 e a Lei 11.101/2005, uma vez que ambas são aplicáveis a companhias abertas e a segunda, apenas para aquelas em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial.

e) Uma vez dentro do Regime de Recuperação Judicial, o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano de Recuperação Judicial.

f) Os efeitos da Recuperação Judicial são contados a partir da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial, nos termos do supramencionado artigo 61 da Lei 11.101/2005.

g) O regime contábil a ser adotado pela Companhia deve estar em conformidade com as normas contábeis vigentes sem prejuízo de observância à disposição das normas gerais aplicáveis a Companhias Abertas.

h) É imprescindível que a Companhia em Recuperação Judicial elabore seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial.

Seguindo a orientação da CVM, inobstante o entendimento acima exposto, conclui-se que, para efeitos contábeis, o Plano de Recuperação Judicial tem sua aplicação imediata, sendo que a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em concordância com seu Plano e o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano, ou seja, a Companhia em Recuperação Judicial deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial.

Desta forma, considerando a manifestação da CVM, bem como a obrigatoriedade de transparência, todo o tratamento contábil do passivo contido na RJ foi efetuado com base no próprio plano, dele se extraindo as condições de classificação e atualização dos débitos.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial a posição financeira dos credores é a seguinte:

Classe Credora	Editais	Varição	31/12/2020
Quirografários/T rabalhistas	382.841	153.956	536.797
Garantia real	158.760	55.180	213.940
	541.601	209.136	750.737

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e evidenciam todas as informações relevantes. As demonstrações financeiras estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2021.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

3. Principais políticas contábeis

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:
 - a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
 - b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
 - c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da TEKA suas controladas em 31 de dezembro de 2020, apresentadas abaixo:

	País	Participação (%)			
		31/12/20		31/12/19	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Teka Têxtil S.A.	Brasil		99,99%		99,99%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	90,00%	-	90,00%	-
Cerro Azul Part.e Adm. Ltda	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
Teka Paraguay	Paraguai	99,00%	-	99,00%	-
Teka Europalager	Alemanha	100,00%	-	100,00%	-
Teka Investimentos Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Teka Fiação Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Salerna Holding Gmbh	Áustria	100,00%	-	100,00%	-

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.2 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real.

(a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Itens não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas médias de câmbio.

As variações cambiais decorrentes desta diferente forma de apresentação, são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3.3 Instrumentos financeiros

Tipos de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Disponíveis para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2020 a entidade não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e nem como mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros.

Classificação

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de hedge accounting, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Títulos e valores mobiliários: incluem-se neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa.
- Depósitos vinculados: representam as aplicações feitas pela Companhia ou suas controladas em CDBs dados como garantia.

• Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.
Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Contas a pagar a empresas ligadas e a terceiros.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar.

Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e de suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são mensurados pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.4 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

Os estoques importados que se encontram em trânsito são reconhecidos a partir da data que o fornecedor despacha os produtos para a Companhia.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia.

A provisão de recuperabilidade do Contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Os critérios adotados para sua constituição estão detalhados na relativa nota explicativa.

3.7 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes

é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu ao registro do ajuste a valor presente.

3.8 Investimento em controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora essas informações são registradas através do método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é registrado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa específica. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis, hoje representados por Licenças de Softwares, adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados pelo custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de alterações no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

3.11 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo do imobilizado e intangível para verificação de possíveis reduções em seu valor de recuperação consideradas permanentes, no mínimo anualmente e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

3.12 Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado e é

provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa correspondente.

3.13 Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis que faz parte do plano de recuperação judicial.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa do imposto de renda.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.14 Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 0% a 20%;
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 0% a 10%;
- Programa de Integração Social (PIS) de 0% a 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 0% a 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 5%.

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

3.15 Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros contratados.

3.16 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.18 Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos em uma conta redutora do capital social, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.19 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no período ou no evento subsequente capturado na preparação das Demonstrações Financeiras.

3.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

3.21 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- iii. todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.22 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.23 Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

4. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização.

Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.

Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados; e
- Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos;

Contexto e impactos causados pela COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou como pandemia mundial o surto causado pela doença Sars-CoV-2, o novo Coronavírus. Tal evento culminou em decisões significativas de entes do poder público e privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

Objetivando a preservação da saúde e integridade dos colaboradores, as principais medidas adotadas pela Companhia em resposta à pandemia foram:

- Cumprimento das disposições dos decretos dos Estados de Santa Catarina e São Paulo, e da Organização Mundial de Saúde (OMS);
- Monitoramento na entrada de cada turno com medicado de temperatura e verificação de sintomas;
- Orientações gerais sobre sintomas e procedimentos;
- Cancelamento de workshops e treinamentos internos;
- Suspensão de viagens;
- Formação de um comitê para acompanhamento diário da evolução da situação.

Em virtude dos impactos econômicos causados pela pandemia COVID 19, uma das ações tomadas pela Companhia foi a redução da jornada de trabalho, inicialmente na sua maioria em 70% e em seguida com ajustes adequando os departamentos de acordo com sua demanda. No mês de agosto completaram 120 dias, conforme previsto na MP 936 e as atividades retornaram a sua normalidade.

No início da pandemia houveram vários reflexos como cancelamentos e postergações de pedidos, além de muitas prorrogações de vencimentos de títulos por parte de clientes, principalmente na carteira de Profiline, onde o atendimento é direcionado principalmente a hotéis. O mercado a partir de agosto iniciou uma retomada, com ascensão da carteira de pedidos e reconquista gradativa do volume de vendas.

A recuperação pôde ser observada na receita bruta do terceiro e quarto trimestres de 2020 que, quando comparado ao segundo trimestre do mesmo ano representa um crescimento de 80,8% e 161,4%, respectivamente.

Em relação a inadimplência, conforme mencionado na nota explicativa nº 6, gradativamente os valores estão sendo recuperados com negociações pontuais com os clientes. Os devidos ajustes em perdas foram reconhecidos de acordo com análise apurada junto ao departamento financeiro.

Os demais impactos que tenham relação com a continuidade e/ou às estimativas contábeis levadas a efeito, como por exemplo: recuperabilidade de ativos, mensuração a valor justo, provisão e contingências ativas e passivas, reconhecimento de receita e provisão para perdas esperadas, estão em constante análise pela administração.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Caixa	17	8	39	34
Bancos conta movimento	108	379	145	541
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	125	387	184	575

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

6. Contas a receber de clientes

A composição e saldo de contas a receber, e sua distribuição por faixa de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Contas a receber clientes mercado interno	52.958	51.730	52.534	51.639
Contas a receber clientes mercado externo	3.273	3.437	3.305	3.460
<i>Impairment</i> (provisão para perdas)	(15.920)	(15.898)	(15.993)	(15.969)
Parcela circulante	40.311	39.269	39.846	39.130
Total Geral	40.311	39.269	39.846	39.130

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Aging list contas a receber de clientes				
Vencidos	1.313	2.763	1.498	2.923
A vencer em até 3 meses	34.827	33.678	34.177	33.379
A vencer entre 3 e 6 meses	3.634	2.774	3.634	2.774
A vencer entre 6 meses e 1 ano	537	54	537	54
Contas a receber de clientes	40.311	39.269	39.846	39.130

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Contas a receber por tipo de moeda				
Reais	37.760	36.407	37.263	36.245
US\$	2.551	2.862	2.551	2.862
Euros	-	-	32	23
Contas a receber de clientes	40.311	39.269	39.846	39.130

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e na análise individual dos valores relevantes em atraso.

Adicionalmente a Companhia registrou perdas em virtude dos efeitos decorrentes da pandemia do COVID 19 que levou ao aumento no prazo médio de recebimentos e no volume de títulos vencidos. Gradativamente houve recuperação com negociações pontuais com os clientes, porem na posição de 31/12/2020 ainda resta pendente R\$ 280.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Produtos acabados	5.891	5.173	5.891	5.173
Produtos em elaboração	13.955	12.167	13.955	12.167
Matérias primas e insumos	5.184	2.494	5.184	2.494
Outros estoques	555	642	1.096	1.064
<i>Impairment</i>	(1.630)	(1.445)	(1.630)	(1.445)
Total dos estoques	23.955	19.031	24.496	19.453

A provisão para estoques obsoletos é avaliada com base nos estoques sem giro acima de 180 dias. A provisão para redução a valor de mercado dos estoques é realizada quando os custos dos estoques estão superiores aos valores de vendas dos produtos finais aos clientes.

Até 31/12/2020, R\$ 30 foram registrados no resultado como perda de itens obsoletos ou danificados (R\$ 74 como perda de itens obsoletos ou danificados até 31/12/2019), e R\$ 155 como ajuste a valor de mercado (R\$ 226 como ajuste a valor de mercado até 31/12/2019).

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
ICMS	1	1	88	120
Imposto de renda	1	1	1	1
IPI	318	160	318	160
PIS/COFINS	-	-	76	94
Crédito reintegra	568	-	568	-
Outros	63	52	101	90
Parcela circulante	951	214	1.152	465
ICMS	228	87	228	87
Imposto de renda	10.930	10.858	10.930	10.858
PIS/COFINS	2.278	2.261	2.278	2.261
INCRA	1.935	1.921	1.935	1.921
IRPJ/CSLL	694.134	662.750	694.134	662.750
Outros	4.748	4.748	4.748	4.748
Parcela não circulante	714.253	682.625	714.253	682.625

Em 08 de dezembro de 2005, a Companhia ingressou com Ação Declaratória contra a União Federal (Fazenda Nacional), processo 2005.34.00.036880-5, nova numeração 0036337-32.2005.4.01.3400, objetivando afastar a limitação imposta à compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma espécie, possibilitando a compensação com outros tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil. Por este pleito, em 13 de novembro de 2011 a Companhia obteve sentença com trânsito em julgado, motivo pelo qual os valores foram registrados no balanço da TEKA.

9. Investimento em controladas

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2019	39.916
Equivalência patrimonial:	
<i>Participação nos resultados</i>	1.873
Ajustes acumulados de conversão	1.702
Em 31 de dezembro de 2020	43.491

Nome	País	Patrimônio			Receita Bruta	Resultado	Participação
		Ativos	Passivos	Líquido			
Em 31 de dezembro de 2019							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	55.547	21.538	34.009	-	(4.569)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	5	2	3	-	-	90,0000%
Teka Paraguai	Paraguai	5.965	-	5.965	-	(10)	99,0000%
		61.517	21.540	39.977	-	(4.579)	
Em 31 de dezembro de 2020							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	55.393	19.473	35.920	-	1.911	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	4	2	2	-	-	90,0000%
Teka Paraguai	Paraguai	7.645	-	7.645	-	(38)	99,0000%
		63.042	19.475	43.567	-	1.873	

10. Imobilizado

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

O montante de R\$ 2.589 (R\$ 2.956 em 2019) referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 26 (R\$ 16 em 2019) como despesas administrativas e o montante de R\$ 8 (R\$ 9 em 2019) como despesas com vendas.

Controladora									Outros	Imob.	Total
	Terrenos	Edif. e instalações	Maquinas e equip.	Ferramentas e utensílios	Equip.de proc.de dados	Móveis e utensílios	Veículos	ativos fixos	em andamento		
Taxa de depreciação %	-	2%	2,22%	3,33%	20%	3,33%	10%	5%	-	-	
Valor líq.31 dezembro 2018	28.662	53.886	57.691	648	193	194	269	28	126	141.697	
Saldo inicial	28.662	53.886	57.691	648	193	194	269	28	126	141.697	
Adições	-	150	148	-	27	6	-	-	143	474	
Baixas	-	(1.616)	(3.298)	(2.413)	(331)	(813)	(103)	(11)	(269)	(8.854)	
<i>Impairment</i>	-	-	(8.541)	-	-	-	-	-	-	(8.541)	
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	5.158	-	-	-	-	-	-	5.158	
Reclassificações	-	(704)	(194)	(4)	-	-	-	-	-	(902)	
Depreciação	-	(785)	(2.124)	(27)	(20)	(12)	(13)	-	-	(2.981)	
Baixas da depreciação	-	328	2.465	2.333	319	783	55	11	-	6.294	
Valor líq.31 dezembro 2019	28.662	51.259	51.305	537	188	158	208	28	-	132.345	
Saldo inicial	28.662	51.259	51.305	537	188	158	208	28	-	132.345	
Adições	-	-	1.112	7	65	32	9	71	319	1.615	
Transferências	-	-	-	-	(19)	-	-	19	-	-	
Baixas	-	-	(19.212)	(123)	(7)	(30)	-	-	-	(19.372)	
<i>Impairment</i>	-	-	(9.311)	-	-	-	-	-	-	(9.311)	
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	7.156	-	-	-	-	-	-	7.156	
Reclassificações	-	(1.051)	(594)	(1)	3	-	-	(3)	-	(1.646)	
Depreciação	-	(724)	(1.808)	(35)	(37)	(12)	(4)	(3)	-	(2.623)	
Baixas da depreciação	-	-	11.673	122	7	25	-	-	-	11.827	
Saldo Final	28.662	49.484	40.321	507	200	173	213	112	319	119.991	
Em 31 de dezembro de 2020											
Custo	28.662	83.494	144.455	10.242	2.673	1.696	791	120	319	272.452	
Depreciação acumulada	-	(34.010)	(104.134)	(9.735)	(2.473)	(1.523)	(578)	(8)	-	(152.461)	
Valor líquido contábil	28.662	49.484	40.321	507	200	173	213	112	319	119.991	

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial
 Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas
 Em 31 de dezembro de 2020
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Edificações e		Maquinas e	Ferramentas	Equip.de	Móveis e	Outros	Imob.	Total	
	Terrenos	instalações	equip.	e utensílios	proc.de dados	utensílios	Veículos	ativos		em
Taxa de depreciação %	-	2%	2,22%	3,33%	20%	3,33%	10%	5%	-	
Valor líq.31 dezembro 2018	46.724	82.186	83.857	718	210	233	269	28	126	214.351
Saldo inicial	46.724	82.186	83.857	718	210	233	269	28	126	214.351
Adições	-	150	148	-	27	6	-	-	143	474
Baixas	-	(1.616)	(4.096)	(2.794)	(347)	(813)	(103)	(11)	(269)	(10.049)
<i>Impairment</i>	-	-	(19.711)	-	-	-	-	-	-	(19.711)
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	5.158	-	-	-	-	-	-	5.158
Reclassificações	-	(704)	(317)	(4)	-	-	-	-	-	(1.025)
Depreciação	-	(1.863)	(3.107)	(27)	(20)	(14)	(13)	-	-	(5.044)
Baixas da depreciação	-	328	3.120	2.713	330	783	55	11	-	7.340
Valor líq.31 dezembro 2019	46.724	78.481	65.052	606	200	195	208	28	-	191.494
Saldo inicial	46.724	78.481	65.052	606	200	195	208	28	-	191.494
Adições	-	-	1.112	7	66	32	9	71	319	1.616
Transferências	-	-	-	-	(19)	-	-	19	-	-
Baixas	-	-	(41.495)	(154)	(7)	(35)	(2)	-	-	(41.693)
<i>Impairment</i>	-	-	(9.376)	-	-	-	-	-	-	(9.376)
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	13.118	-	-	-	-	-	-	13.118
Reclassificações	-	(1.051)	(997)	(1)	3	-	-	(3)	-	(2.049)
Depreciação	-	(1.800)	(2.340)	(40)	(38)	(18)	(4)	(3)	-	(4.243)
Baixas da depreciação	-	-	27.185	152	7	30	2	-	-	27.376
Saldo Final	46.724	75.630	52.259	570	212	204	213	112	319	176.243
Em 31 de dezembro de 2020										
Custo	46.724	132.429	194.140	10.580	2.691	1.802	789	120	319	389.594
Depreciação acumulada	-	(56.799)	(141.881)	(10.010)	(2.479)	(1.598)	(576)	(8)	-	(213.351)
Valor líquido contábil	46.724	75.630	52.259	570	212	204	213	112	319	176.243

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 175 milhões (R\$ 190 milhões em 2019).

A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

A Companhia registrou reversão de *impairment* devido a baixas de determinados ativos por realização de sua venda, e constituição de *impairment* devido a diferença entre o valor residual de máquinas e o seu valor recuperável. Desta forma em 31 de dezembro de 2020 o montante acumulado de *impairment* é de R\$ 20.363 na controladora e R\$ 28.115 no consolidado.

Fornecedores por tipo de moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Real	384.349	358.595	385.915	360.091
	384.349	358.595	385.915	360.091

Os principais produtos adquiridos, essenciais para o negócio da Companhia são: algodão, certos produtos químicos, embalagens.

13. Obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Obrigações sociais	803.593	781.390	838.059	815.262
Obrigações trabalhistas	20.969	21.464	21.487	21.981
Parcela circulante	824.562	802.854	859.546	837.243
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	127
Parcela não circulante	-	-	-	127

14. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Obrigações fiscais federais	184.552	170.482	211.249	196.357
Obrigações fiscais estaduais	134.222	127.350	134.232	127.350
Obrigações fiscais municipais	25.142	19.827	25.142	19.827
Parcela circulante	343.916	317.659	370.623	343.534
Obrigações fiscais estaduais	810	1.025	810	1.025
Parcela não circulante	810	1.025	810	1.025

ICMS na base de cálculo PIS e COFINS

Consoante decisões proferidas no processo número 2005.61.00.009886-2 (TRF3), no qual foi certificado o trânsito em Julho de 2018, restou assegurado a TEKA a não inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Também restou assegurado o direito à compensação das diferenças recolhidas a maior, as quais devem ser compensadas nos termos Lei nº 10.637, de 30/12/2002 (que modificou a Lei nº 9.430/96) e suas alterações, considerando-se prescritos os créditos oriundos dos recolhimentos efetuados em data anterior há dez anos, contados retroativamente do ajuizamento da ação. A ação foi proposta em 14/06/2005.

As asserções acima são efetuadas com observância ao item 7.2 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2021.

MP 470

Consonante a decisão proferida no REsp 1490162, foi assegurado a Companhia o aproveitamento da decisão favorável obtida no Mandado de Segurança 5001733-31.2010.4.04.7205, o qual garantiu-lhe o direito de ter examinado seu pedido de parcelamento ou pagamento à vista de débitos, feito conforme moldes delineados na Portaria Conjunta PGFN/RNB Nº 9 de 30 de Outubro de 2009, nas condições previstas no Art. 3ª §2º da Medida Provisória nº 470 de 13 de Outubro de 2009.

Com isso, restou assegurada a liquidação de débitos fiscais federais com uso de Prejuízo Fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre Lucro Líquido próprios, devidamente declarados à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de aproximadamente R\$ 66 milhões.

De outro lado, sem prejuízo da efetiva liquidação dos débitos correspondentes já promovida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, aguarda-se, para fins de reconhecimento contábil dos efeitos desta ação, o desfecho da discussão travada nos autos do processo nº 0001738-18.2015.4.01.3400 (nota explicativa 8), no qual foram periciados os créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social sobre Lucro Líquido como um todo, de modo que os ajustes de baixa de valores não conflite com a ordem judicial a ser proferida.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Capital de giro	152.578	128.687	152.578	128.687
BRDE	10.209	8.989	10.209	8.989
Debêntures	180	150	180	150
Sujeitos à recup.judicial	349.070	329.508	349.070	329.508
Parcela Circulante	512.037	467.334	512.037	467.334
Debêntures	2.036	1.942	2.036	1.942
Parcela não circulante	2.036	1.942	2.036	1.942
	514.073	469.276	514.073	469.276

Taxas

Capital de giro	1,00% a 6,00% a.m. / 1,00% e 2,30% a.m.+IGPM / TR+0,50% a.m
BRDE	TJLP + 7,00% a.a.
Debêntures	TJLP + 1,50% a.a.
Sujeitos à recup.judicial	TJLP + 1,50% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Por data de vencimento				
Vencidos	117.263	84.661	117.263	84.661
Em até 6 meses	34.926	42.667	34.926	42.667
De 6 meses a 1 ano	10.778	10.498	10.778	10.498
Acima de 5 anos	2.036	1.942	2.036	1.942
Sujeitos à recup.judicial	349.070	329.508	349.070	329.508
	514.073	469.276	514.073	469.276
	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Por tipo de moeda				
Reais	512.262	467.410	512.262	467.410
US\$	1.811	1.866	1.811	1.866
	514.073	469.276	514.073	469.276

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 175 milhões (R\$ 190 milhões em 2019).

Debêntures

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016 a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante original de R\$ 1.328 (atualizado R\$ 2.036) até 31/12/2020 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço era a seguinte:

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Provisão IRPJ	-	-	7.684	7.226
Provisão CSLL	-	-	4.233	4.061
Parcela Circulante	-	-	11.917	11.287
IRPJ sobre diferenças temporárias	24.265	26.453	38.711	42.848
CSLL sobre diferenças temporárias	8.614	9.401	13.814	15.304
Parcela não circulante	32.879	35.854	52.525	58.152

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, aprovados pela Deliberação CVM nº 273 de 20/08/98 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

b) Despesas com tributos sobre o lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Conciliação IRPJ/CSLL do resultado				
Resultado antes dos impostos	(118.758)	(130.310)	(121.011)	(130.981)
Imposto à alíquota corrente	34%	34%	34%	34%
Total de crédito tributário (prejuízo fiscal e base negativa não contabilizados)	40.378	44.305	41.144	44.534
Conciliação de Impostos Diferidos				
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Reserva reavaliação	1.887	645	3.140	1.059
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Custo atribuído	1.088	635	1.320	735
Constituição IR/CS sobre diferenças temporárias - Revisão vida útil	-	-	1.166	157
IRPJ/CSLL do resultado do período	2.975	1.280	5.626	1.951

17. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis, trabalhistas, e administrativas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos externos. Porém no processo de reestruturação que a Companhia enfrenta desde a recuperação judicial, há reflexos como um alto *turnover* de consultores jurídicos e impacta diretamente no controle detalhado dos processos contingentes. Desde 2018 a Companhia envida esforços a fim de ter no detalhe o acompanhamento de cada processo, mas este trabalho ainda não está concluído devido ao alto volume de litígios. Portanto, abaixo divulgamos nossa melhor estimativa com as perdas prováveis e possíveis das contingências.

A posição em 31 de dezembro de 2020 das contingências fiscais, cíveis e trabalhistas e sua movimentação no período encontra-se abaixo:

Controladora	Previdenciárias			
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2019	250.802	36.227	20.247	307.276
Constituída durante o período	-	17.495	-	17.495
Atualização	3.208	2.993	19	6.220
Provisões utilizadas	-	(14.748)	-	(14.748)
Em 31 de dezembro de 2020	254.010	41.967	20.266	316.243
	Previdenciárias			
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Parcela de curto prazo	10.739	23.700	-	34.439
Parcela de longo prazo	243.271	18.267	20.266	281.804
Em 31 de dezembro de 2020	254.010	41.967	20.266	316.243

Consolidado	Previdenciárias			
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2019	250.812	36.684	20.247	307.743
Constituída durante o período	-	17.659	-	17.659
Atualização	3.209	2.993	19	6.221
Provisões utilizadas	-	(14.848)	-	(14.848)
Em 31 de dezembro de 2020	254.021	42.488	20.266	316.775

	Previdenciárias			
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Parcela de curto prazo	10.750	24.221	-	34.971
Parcela de longo prazo	243.271	18.267	20.266	281.804
Em 31 de dezembro de 2020	254.021	42.488	20.266	316.775

O saldo das provisões é atualizado pelos seguintes critérios: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no período; cíveis pela variação do IGP-M; e trabalhistas por índice próprio, fornecido pela Justiça do Trabalho.

Resumo dos principais objetos vinculados aos passivos contingentes

FISCAIS

ICMS

Ações relacionadas a autuações fiscais, cujo objeto de discussão é a utilização de créditos diversos, basicamente decorrentes de uso e consumo, bonificações, produtos por encomendas e sobre encargos financeiros.

COFINS

Relativas a ações que discutem a incidência sobre as receitas e ingressos diversos de faturamento (produto das vendas de mercadorias e/ou serviços).

Demais ações estão relacionadas a diversas autuações sobre tributos federais, estaduais e municipais, decorrentes, dentre eles, de glosas efetuadas na apuração dos tributos e divergências quanto as obrigações acessórias.

PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

INSS

Estas ações estão pautadas na perda provável de discussão sobre verbas de caráter indenizatório que não deveriam incidir na base de cálculo do salário de contribuição.

TRABALHISTAS

Referem-se a pedidos diversos em ações decorrentes de contrato de trabalho, dentre estas diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, danos moral e material.

CIVEIS

As principais contingências cíveis referem-se a ações de execução movidas por entidades bancárias e tem por base cédulas de crédito, acordos e confissões de dívida firmados entre as partes. A maioria destas ações encontra-se em grau de recurso, não havendo decisão final. Há outras em valores menos significativos que se referem a indenização por danos morais e materiais, ações de cobrança, entre outras.

Juizados Especiais Cíveis – questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

Demais ações – referem-se a diversas ações em curso abrangendo principalmente reclamações de clientes, indenização por danos morais, rescisões de contratos, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Perdas possíveis

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes que estão em discussão, R\$ 68.166 em causas cíveis, R\$ 782.715 em causas tributárias, R\$ 1.123 em causas trabalhistas.

Além dos registros contábeis já registrados no Passivo da Companhia de parte substancial quanto ao principal dos temas em discussão, as causas estão sendo amplamente defendidas por nossos assessores jurídicos e, considerando a perspectiva possível de êxito, não há constituição de provisão.

Depósitos judiciais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Depósitos judiciais	33.877	32.894	34.664	33.682
Parcela não circulante	33.877	32.894	34.664	33.682

Contingências ativas

Amparada na opinião de seus consultores legais, a Companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação de certos créditos tributários, que entende ter direito. Todavia, esses créditos não se encontram reconhecidos nos registros contábeis.

Os principais temas fiscais pleiteados, para alguns dos quais há decisões favoráveis nas instâncias iniciais, e que não se encontram registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020, nem tampouco para os quais foram efetuadas quaisquer compensações e/ou registros contábeis são:

INSS/SAT/Salário Educação - imunidade	234.616
Créditos de INSS/FGTS	69.326
	<u>303.942</u>

18. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado		Encargos
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	
Cell Participação e Adm.Ltda	7.552	6.402	13.566	12.250	103 % CDI
Partes relac.sujeitas à recup.judicial	16.388	15.468	16.388	15.468	TJLP + 1,5%a.a.
Passivo circulante	23.940	21.870	29.954	27.718	
Teka Fiação Ltda.	45.850	45.302	-	-	-
Teka Têxtil S.A.	4.183	2.025	-	-	-
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	266	266	-	-	-
Passivo não circulante	50.299	47.593	-	-	

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais estabelecidas entre as partes.

Remuneração da Administração

Conforme estabelecido, para 2020 foi atribuída à remuneração dos administradores, a seguir descritas, conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Remuneração do conselho de administração	151	180	151	180
Remuneração da diretoria	583	722	583	722
	734	902	734	902

Neste grupo estão conselheiros de Administração, assim como os Diretores.

19. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

O Capital Social é formado de 503.155 ações, sendo 167.915 ações ordinárias e 335.240 ações preferenciais, todas sem valor nominal, num montante de R\$ 21.945.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

Reservas de lucros

Reservas legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução

das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Até 31 de dezembro a Companhia não constituiu reserva legal.

Outros resultados abrangentes

Reservas de reavaliação e Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se à diferença entre o custo original e o custo atribuído (*Deemed Cost*) de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC's e do IFRS como também por reavaliações anteriores à Lei 11.638. Os efeitos da Reserva de Reavaliação e do Ajuste Avaliação Patrimonial são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou no caso de alienação ou baixa do ativo.

20. Resultado (prejuízo) líquido por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Numerador				
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia				
Resultado atribuível aos detentores de ações preferenciais	(77.143)	(85.970)	(77.143)	(85.970)
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(38.640)	(43.060)	(38.640)	(43.060)
	(115.783)	(129.030)	(115.783)	(129.030)
Denominador (em milhares de ações)				
Quantidade de ações preferenciais emitidas	335	335	335	335
Quantidade de ações ordinárias emitidas	168	168	168	168
Total	503	503	503	503
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)				
Ação preferencial	(230,11398)	(256,44185)	(230,11398)	(256,44185)
Ação ordinária	(230,11398)	(256,44185)	(230,11398)	(256,44185)

21. Receitas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Vendas mercado interno	156.149	175.716	156.398	176.236
Vendas mercado externo	11.433	12.011	11.433	12.011
Receita operacional bruta	167.582	187.727	167.831	188.247
(-) Impostos sobre venda	(35.604)	(39.328)	(35.732)	(39.522)
Receita operacional líquida	131.978	148.399	132.099	148.725

22. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Depreciação e amortização	2.735	3.091	4.355	5.154
Despesas com folha de pagamento	44.852	53.834	45.193	54.206
Matéria-Prima e materiais gerais	75.206	87.289	75.293	87.721
Fretes, comissões e demais despesas variáveis	12.088	13.941	12.088	13.941
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.873)	4.580	-	-
Financeiras Líquidas	117.376	100.117	118.969	102.532
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.623)	14.577	(8.016)	14.201
	247.761	277.429	247.882	277.755

Classificadas como

Custos dos produtos vendidos	107.742	124.381	109.203	126.566
Despesas com vendas	17.702	21.783	18.268	22.426
Despesas gerais e administrativas	9.437	11.991	9.458	12.030
Despesas/receitas financeiras	117.376	100.117	118.969	102.532
Equivalência Patrimonial	(1.873)	4.580	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.623)	14.577	(8.016)	14.201
	247.761	277.429	247.882	277.755

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Despesas financeiras				
Encargos financeiros	(125.195)	(125.682)	(126.662)	(128.016)
Variação cambial	(2.256)	(296)	(2.256)	(296)
Outras despesas financeiras	(1.400)	(854)	(1.499)	(957)
	(128.851)	(126.832)	(130.417)	(129.269)

Receitas financeiras

Juros sobre duplicatas	214	230	214	230
Variação cambial	711	(18)	711	(18)
Outras receitas financeiras	10.550	26.503	10.523	26.525
	11.475	26.715	11.448	26.737

Resultado financeiro líquido

	(117.376)	(100.117)	(118.969)	(102.532)
--	------------------	------------------	------------------	------------------

24. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receitas operacionais				
Aproveitamento créditos de prejuízos fiscais	20.938	21.692	20.938	21.692
Ajuste valor justo propriedade p/investimento	-	1.767	-	1.767
Outras receitas	2.424	82	5.392	83
	23.362	23.541	26.330	23.542
Despesas operacionais				
Ajuste a valor recuperável do imobilizado	-	(3.383)	-	(14.553)
Ajuste a valor recuperável dos estoques	(185)	(300)	(185)	(300)
Ajuste ociosidade	(7.696)	(10.820)	(7.696)	(10.820)
Outras despesas	(15.833)	(24.895)	(15.661)	(14.021)
	(23.714)	(39.398)	(23.542)	(39.694)

25. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

As operações da Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação à variação da taxa de câmbio, riscos de crédito e de variações nos preços de insumos.

A administração desses riscos é efetuada por intermédio de instrumentos financeiros e estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

Diante do cenário de incertezas econômicas que a pandemia global causada pela COVID-19 desencadeou, a Companhia segue acompanhando possíveis impactos na liquidez de suas operações, com o objetivo de identificar e mensurar eventual necessidade de complemento na provisão de perdas com recebíveis apurada nos próximos meses.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar e a receber são afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n°s 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

	31/12/20	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Variação	-25%	25%	50%
Ativos				
Clientes no Mercado Externo	2.551	1.913	3.189	3.827
	2.551	1.913	3.189	3.827
Passivos				
Dívida Bancária	1.811	1.358	2.264	2.717
	1.811	1.358	2.264	2.717
Exposição Líquida - R\$ Mil	(740)	(555)	(925)	(1.110)
Exposição Líquida - US\$ Mil	(142)	(142)	(142)	(142)
Taxa Dólar	5,20	3,90	6,50	7,79

A variação de 1 ponto percentual nas taxas de juros resultaria no aumento das despesas financeiras no montante aproximado de:

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Variação nas Taxas de Juros

Descrição	31/12/20	Cenário I	Risco
Passivos - Controladora			
Dívida Bancária por Taxa:			
IGPM	54.363	544	Alta IGPM
TR	1.312	13	Alta TR
TJLP	361.495	3.615	Alta TJLP
Outros	96.903	969	
	514.073	5.141	

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros da Companhia por categoria

Os tipos e classificação dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31/12/2020 e 31/12/2019, são apresentados a seguir:

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 conforme balanço patrimonial	Controladora		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes		125	125	Fornecedores		384.349	384.349
Contas a receber		40.311	40.311	Empréstimos e Financiamentos		514.073	514.073
Total		40.436	40.436	Total		898.422	898.422

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme balanço patrimonial	Controladora			
	Mensurado pelo valor justo por meio		Empréstimos e Recebíveis		Mensurados pelo valor justo por meio		Outros passivos financeiros	Total
	do resultado	Total			do resultado	Total		
Caixa e equivalentes		387	387	Fornecedores		358.595	358.595	
Contas a receber		39.269	39.269	Empréstimos e Financiamentos		469.276	469.276	
Total		39.656	39.656	Total		827.871	827.871	

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade da commodity algodão. Suas atividades operacionais requerem aquisição e produção em continuidade de produtos têxteis e, portanto, requerem fornecimento contínuo de algodão.

26. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2020	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita operacional líquida	131.978	4.201	3.062	139.241
Receita entre segmentos	(2.941)	(4.201)	-	(7.142)
Receita de clientes externos	129.037	-	3.062	132.099
Depreciação e amortização	(2.735)	(227)	(1.393)	(4.355)
Receitas financeiras	11.437	-	11	11.448
Despesas financeiras	(128.851)	(1.376)	(190)	(130.417)
Provisão IRPJ e CSLL	2.975	107	2.146	5.228
Resultado líquido do período	(116.332)	(1.031)	1.580	(115.783)
Ativo total	944.318	5.431	52.782	1.002.531
O ativo inclui:				
Adições ao imobilizado e intangível	1.628	-	1	1.629
Passivo total	944.318	5.431	52.782	1.002.531

Em 31 de dezembro de 2019	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita operacional líquida	148.399	4.132	2.910	155.441
Receita entre segmentos	(2.584)	(4.132)	-	(6.716)
Receita de clientes externos	145.815	-	2.910	148.725
Depreciação e amortização	(3.091)	(515)	(1.548)	(5.154)
Receitas financeiras	26.705	-	32	26.737
Despesas financeiras	(126.832)	(2.310)	(127)	(129.269)
Provisão IRPJ e CSLL	1.280	28	643	1.951
Resultado líquido do período	(112.889)	(10.658)	(5.483)	(129.030)
Ativo total	918.115	6.000	55.384	979.499
O ativo inclui:				
Adições ao imobilizado e intangível	474	-	-	474
Passivo total	918.115	6.000	55.384	979.499

27. Política de seguros

Após o pedido de recuperação judicial a Administração teve dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial. Inicialmente o valor da contratação do novo seguro foi 125 % maior do que apresentado no ano anterior, atualmente ocorre a dificuldade de aceitação por parte das companhias seguradoras, porém a Administração continua na busca da renovação a preços adequados.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

28. Recuperabilidade dos ativos (*impairment*)

Anualmente ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, para determinar se estes sofreram perdas por *impairment*.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia realiza o teste de recuperabilidade para os ativos, sendo identificadas as seguintes perdas por *impairment*:

	Controladora			Consolidado		
	Contas a receber	Estoques	Imobilizado	Contas a receber	Estoques	Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2019	(15.898)	(1.445)	(18.208)	(15.969)	(1.445)	(31.857)
Constituições (resultado)	(2.688)	(1.769)	(9.311)	(2.694)	(1.769)	(9.376)
Reversões (resultado)	2.666	1.584	7.156	2.670	1.584	13.118
Em 31 de dezembro de 2020	(15.920)	(1.630)	(20.363)	(15.993)	(1.630)	(28.115)

A Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, baseado em laudos elaborados, divididos da seguinte forma:

- Fluxos de caixa futuros derivados de uso contínuo dos ativos relacionados

- Máquinas - valor de venda

Diante dos resultados apurados foi registrado R\$ 9.376 no exercício referente diferença entre valor residual de máquinas e o seu valor recuperável.

A posição de 31 de dezembro de 2020 reflete reversão de *impairment* no valor de R\$ 13.118 devido a baixas de determinados ativos por realização de sua venda.

As perdas estimadas nas contas a receber foram calculadas com base no histórico de perdas e títulos vencidos há mais de 180 dias. Adicionalmente a Companhia registrou perdas em virtude dos efeitos decorrentes da pandemia do COVID 19 que levou ao aumento no prazo médio de recebimentos e no volume de títulos vencidos. Gradativamente houve recuperação com negociações pontuais com os clientes, porém na posição de 31/12/2020 ainda resta pendente R\$ 280.

* * * * *

Relatório dos **Audidores Independentes** sobre as **demonstrações financeiras** individuais e consolidadas, emitido com abstenção de opinião

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
TEKA – TECELAGEM KUEHNRICH S.A. (“EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)
Blumenau – SC

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, da TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A – em Recuperação Judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Referência referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, pois, em decorrência da relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1.1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do

plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1). A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 115.783 mil (R\$ 129.030 mil em 31 de dezembro de 2019) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 1.805.423 mil (R\$ 1.698.298 mil em 31 de dezembro de 2019). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.213.170 mil e R\$ 2.275.146 mil (R\$ 2.082.586 mil e R\$ 2.143.997 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 1.678.232 mil e R\$ 1.678.155 mil (R\$ 1.564.027 mil e R\$ 1.563.967 mil em 31 de dezembro de 2019). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2020, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Tais assuntos, aliados a recente pandemia da COVID-19, citada na nota explicativa 4, suscitam dúvida sobre a sua continuidade.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) e 2) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos administrados pela RFB. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 694.134 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 662.750 mil em 31 de dezembro de 2019) no Ativo Não Circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da Receita Federal do Brasil

(RFB) e do desfecho do processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos em detrimento da compensação pretendida pela RFB com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 514.073 mil controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 469.276 mil em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$ 349.070 mil (R\$ 329.508 mil em 31 de dezembro de 2019) foram incluídos no Plano de Recuperação Judicial. Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, a saber: i) a maior parte das instituições financeiras não respondem aos procedimentos de auditoria externa de confirmação de saldo através das circularizações, ii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 180 mil, controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 150 mil em 31 de dezembro de 2019) encontram-se com seus pagamentos em atraso. Devido à situação comentada em especial pela ausência de confirmação externa das instituições financeiras não obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações financeiras caso venha a ocorrer o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso.

6. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía provisões classificadas com risco provável de R\$ 316.243 mil controladora e R\$ 316.775 mil consolidado (R\$ 307.276 mil controladora e R\$ 307.743 mil consolidado em 31 de dezembro de 2019) e depósitos judiciais de R\$ 33.877 mil controladora e R\$ 34.664 mil consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 32.894 mil e R\$ 33.682 mil em 31 de dezembro de 2019), entretanto identificamos que a Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras intermediárias não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados na identificação de novos passivos contingentes, manutenção e atualização dos riscos de perda e os riscos econômicos envolvidos nas causas em andamento, falta de conciliação e acompanhamento de todos os processos junto aos assessores externos que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras, análise tempestiva das alterações

processuais e dos impactos do processo de reconhecimento das contingências que assegurem a fidedignidade das provisões.

Apesar dos passos empreendidos no decorrer do exercício no sentido de sanar as fraquezas nos controles internos supramencionados, através da intensificação dos levantamentos da situação e quantificação das contingências, dado o expressivo volume de demandas e considerando as incertezas significativas e a relevância dos assuntos comentados, não nos foi possível concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✦ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✦ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

✦ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✦ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

✦ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

✦ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto,

ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ênfase

Cobertura de Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2020, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As demonstrações financeiras referente ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria com data de 27 de março de 2020, com abstenção de opinião fundamentada nos mesmos temas dos itens 1 a 6 da seção anterior “bases para abstenção de opinião”, que estamos mantendo no presente relatório.

Blumenau (SC), 16 de março de 2021.

Next Auditores Independentes S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável

Contador CRC-SC 029.522/O-0

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

TEKA-Tecelagem Kuehnrich S.A., inscrita no CNPJ sob o número 82.636.986/0001-55, estabelecida na Rua Paulo Kuehnrich, nº 68 - Itoupava Norte - Blumenau - Estado de Santa Catarina, DECLARA, por seus diretores, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

Blumenau/SC, 25 de março de 2021.

Fabiane Paula Esvicero
Diretora Presidente / Gestora Judicial

Mario Parasky
Diretor Industrial

Marcio Hoffmann
Diretor Comercial

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

TEKA-Tecelagem Kuehnrich S.A., inscrita no CNPJ sob o número 82.636.986/0001-55, estabelecida na Rua Paulo Kuehnrich, nº 68 - Itoupava Norte - Blumenau - Estado de Santa Catarina, DECLARA, por seus diretores, nos termos da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam em parte com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as informações relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

Blumenau/SC, 25 de março de 2021.

Fabiane Paula Esvicero
Diretora Presidente / Gestora Judicial

Mario Parasky
Diretor Industrial

Marcio Hoffmann
Diretor Comercial